

Em reunião com centrais, Dilma reitera compromissos com pauta sindical



Na segunda-feira, 08, a presidenta Dilma Rousseff deu o primeiro passo no sentido de ampliar o diálogo com o movimento sindical em seu segundo mandato. Em reunião com os representantes da CUT e demais centrais sindicais do Brasil, no Palácio do Planalto, a presidenta ouviu reivindicações, falou sobre suas metas, foi cobrada e se comprometeu com vários itens da pauta apresentada pelas entidades.

Entre eles a manutenção de políticas sociais e a prioridade na criação de emprego e renda como premissa de sua política econômica. E ainda o encaminhamento de projeto ao Congresso para renovar a política de reajuste do salário mínimo e de correção da tabela de Imposto de Renda para Pessoa Física em 2015. A presidenta assegurou também a formação de uma mesa permanente de negociações.

“Nós dissemos para a presidenta que quem ganhou a eleição foi uma política de crescimento do Brasil. Não

foi uma política de fazer cortes para prejudicar trabalhadores, nem de diminuição de investimento no mercado interno, tampouco deixar de ter política de expansão do emprego”, enfatizou o presidente da CUT, Vagner Freitas.

A comissão permanente de negociações terá como missão principal dois pontos: discutir medidas alternativas ao fator previdenciário – cuja extinção é uma reivindicação antiga das centrais sindicais, mas que impacta nas contas públicas –, e a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente à negociação coletiva entre trabalhadores públicos e governos, tanto no âmbito federal, como estadual e municipal (outro tema cobrado há muito tempo pelos trabalhadores).

Salário mínimo

A antecedência tem razão de ser. A política atual de valorização do salário

mínimo vigora até 2015 e tem como base o percentual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a variação da inflação. Para o reajuste do mínimo a partir de janeiro, por exemplo, considera-se a variação do PIB de 2013 e o IPCA acumulado em 2014.

Na reunião, conforme destacaram os representantes das centrais, não foi discutido um novo cálculo para a política, mas todos deixaram claro que é importante serem mantidos os ganhos reais dos trabalhadores que recebem o salário mínimo.

No tocante à correção da tabela do Imposto de Renda, que vinha sendo corrigida em 4,5% ao ano, o problema é que o percentual tem ficado abaixo da inflação, fazendo com que parte dos reajustes que ficam acima da inflação sejam maus tributados na fonte. Para que essa correção aconteça a partir de 2015, o Executivo precisa encaminhar a matéria ao Congresso na forma de uma medida provisória o quanto antes.

Aposentados e pensionistas voltam a ocupar a Petros e exigem posicionamento sobre o pagamento dos níveis



Na quarta-feira, 10, cerca de 200 aposentados e pensionistas do Sistema Petrobrás voltaram a ocupar a sede da Petros, na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro para cobrar o cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho, que garante o pagamento dos níveis de 2004, 2005 e 2006. A ocupação conduzida pela direção da FUP foi na porta da fundação, onde toda diretoria e, a presidência da Petros, ficou impedida de passar, antes que os aposentados tivessem um posicionamento sobre o acordo.

Como era de se esperar, a Petros mais uma vez, apresentou um empecilho para postergar a decisão sobre o pagamento. O presidente do Conselho Deliberativo informou que apesar da assessoria jurídica contratada pelo fundo de pensão, para

emitir um parecer externo sobre os impactos do pagamento dos níveis, ainda faltam alguns esclarecimentos sobre algumas questões relativas ao acordo.

Após muita resistência e pressão da FUP e dos aposentados e pensionistas, que permaneceram na porta da Petros até o fim da tarde, o Conselho Deliberativo da Petros, que teria somente mais uma reunião este ano, no dia 19/12, devido à pressão, anunciou a convocação de uma nova reunião extraordinária para a próxima terça

feira, 16/12, para tratar especificamente deste assunto.

O coordenador da FUP, José Maria Rangel, convocou os aposentados e pensionistas e todos os sindicatos filiados à federação a comparecerem novamente à sede da Petros.

Participaram da ocupação aposentados e pensionistas do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Duque de Caxias, Norte Fluminense, Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Amazonas, Rio Grande do Norte e Ceará.

Relembre:

No último dia 28, após pressão da Federação, o Conselho Deliberativo aprovou a contratação de um escritório jurídico para realizar um parecer externo sobre os impactos do pagamento dos níveis. Na ocasião, a FUP, junto com os aposentados e pensionistas, ocupou a sala de reunião do Conselho, exigindo a aprovação do acordo, independentemente do parecer. Os conselheiros concordaram em realizar uma reunião extraordinária nesta quarta-feira, 10, para se posicionarem sobre o acordo.

FUP realiza seminário de formação no Rio de Janeiro

Na segunda e terça-feira, dia 08 e 09 de dezembro, a Secretaria de Formação da FUP realizou no Rio de Janeiro, o seminário “Construindo uma Política de Formação para a Categoria Petroleira”. Com a presença dos diretores e diretoras responsáveis pela área dos sindicatos filiados, o debate foi sobre qual será o papel da formação da FUP no próximo período. Os debates também passaram por temas gerais da Secretaria e trocas de

experiência de dirigentes de outras entidades que atuam na área de formação sindical.

Durante o encontro, ficou definido o primeiro passo para construção de uma política permanente de formação da FUP, que será a realização de curso de quatro módulos, a ser iniciado no próximo ano. Além disso, foi constituído um Coletivo que servirá de suporte aos trabalhos dos diretores da secretaria de formação da Federação. Outra resolução

tirada do seminário foi a proposta de construção do Encontro Nacional de Formação da FUP, ainda sem data definida.

Os diretores responsáveis pela secretaria de formação se comprometeram a fazer um levantamento de todos os cursos oferecidos pela CUT, CTB e CNQ, voltados para este tema. O objetivo é que os sindicatos filiados à FUP tenham sempre uma orientação sobre as principais atividades de formação.

Comissão Estadual de Benzeno se reúne no Rio de Janeiro



Na última sexta-feira, 05, a Comissão Estadual de Benzeno (CEBz – RJ) se reuniu no Rio de Janeiro, para debater questões tratadas na última reunião, realizada em 21/10. A bancada dos trabalhadores

propôs que a realização das reuniões das comissões seja, eventualmente, nas sedes dos sindicatos, para possibilitar maior participação dos trabalhadores sindicalizados. Também foi solicitada a retomada

da subcomissão tripartite de benzeno, formada por representantes dos sindicatos, da bancada patronal e do governo. Além disso, a bancada dos trabalhadores informou que o Índice Biológico de Exposição ao Benzeno (IBE) do CENPES está muito alto. Por isso, foi solicitada mais abrangência nas verificações de IBE antes da próxima reunião.

A bancada dos trabalhadores finalizou suas propostas solicitando que a Petrobrás e empresas privadas que possuem plataformas, enviem aos sindicatos todas as avaliações ambientais e líquidas de benzeno. A próxima reunião da comissão será no dia 3/3/2015.

Edição 1164 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 imprensa@fup.org.br

Texto e edição: Caroline Cavassa - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.

Mais democracia com reforma política e a democratização da comunicação com participação popular



A campanha eleitoral para a Presidência e os mais recentes acontecimentos políticos no país colocaram na ordem do dia os debates sobre a reforma política e a democratização dos meios de comunicação.

Os setores conservadores já se organizam para travar a disputa em torno desses dois temas. Por um lado, tentam fazer avançar no Congresso, sem a participação popular, um projeto de reforma política que, entre outras coisas, constitucionaliza a contribuição de empresas para campanhas eleitorais (revertendo a decisão que está em vias de ser tomada pelo STF) e institui o voto distrital para o Poder Legislativo. Por outro lado, buscam associar qualquer tentativa de regulação das concessões públicas dos meios de comunicação com um falso cerceamento à liberdade de imprensa.

É preciso que os setores comprometidos com as causas populares, progressistas e de esquerda se organizem também para fazer essa disputa que será dura, em defesa de uma reforma com participação popular que garanta o aprofundamento da democratização de nosso sistema político, inibindo a força do poder econômico, corrigindo as distorções de representatividade e ampliando os mecanismos de participação direta do povo, e em defesa da democratização dos meios

de comunicação, com iniciativas como o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática.

O povo brasileiro já aprendeu o caminho: não dá pra fazer política só durante as eleições, a cada 2 anos. É preciso fazer política todo o dia, exercer a nossa cidadania a toda hora, lutar pelos nossos direitos hoje e sempre. Já deu pra perceber que não haverá avanços importantes e estruturais nos próximos 4 anos, sem mobilização e muita pressão popular. Vamos às ruas, exigir 'Mais Democracia, Mais Direitos!', queremos a 'Reforma Política com Participação Popular!', queremos a 'Democratização da Mídia!', queremos o 'Fim da Corrupção, com Apuração Republicana e Punição Rigorosa!', queremos o 'Fim do Financiamento Empresarial das Campanhas!'.

leições de 2014 foram as mais caras da história do país. Segundo as prestações finais de contas dos partidos políticos e comitês eleitorais, que foram divulgadas recentemente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), somadas todas as campanhas, de norte a sul do Brasil, o montante gasto pelos candidatos beirou R\$ 5 bilhões. Como nas eleições anteriores, boa parte deste valor foi financiada por bancos e empresas

privadas. As planilhas de prestação de contas apresentadas ao TSE revelam ainda que doações milionárias foram recebidas das empreiteiras investigadas por envolvimento em denúncias de corrupção na Petrobrás.

Os grupos econômicos que controlam as nove empresas que estão no centro da operação Lava Jato são há décadas doadores de campanhas eleitorais. Segundo levantamento feito pela ONG Transparência Brasil, seja diretamente ou por meio de subsidiárias, as empreiteiras investigadas pela Polícia Federal financiaram entre 2002 e 2012 candidaturas ligadas tanto aos partidos da base aliada do governo, quanto da oposição com aproximadamente R\$ 672,6 milhões. Somadas as doações feitas em 2014, este montante pode chegar a R\$ 1 bilhão, segundo a Organização.

“O que mais degrada o sistema eleitoral e político é o financiamento feito por empresas. Esse é o principal canal de corrupção e de caixa dois”, explica Aldo Arantes, da Comissão Especial de Mobilização para a Reforma Política da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em 2011, a entidade ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra os dispositivos da legislação eleitoral que permitem aos candidatos e suas respectivas campanhas e partidos políticos receberem doações por parte de empresas privadas. A ação já recebeu dos 11 ministros do Tribunal seis votos favoráveis e um contrário, mas o julgamento está parado desde abril por conta de um pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes.